

ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DO SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL e pessoas que acompanham a sessão no plenário na tarde desta terça-feira, gostaria, inicialmente, de registrar a participação da nossa comissão, a comissão de Combate e Prevenção às Drogas, no I Congresso Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, realizado pela Senad - Secretaria Nacional de

Políticas sobre Drogas -, em Brasília, na última quinta-feira.

Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de acompanhar debatedores internacionais, inclusive debatedores de Santa Catarina, representados aqui pelo padre Wilson Groh, com o seu belíssimo trabalho na periferia da capital, apresentando um tema também extremamente importante e debatido ao longo dessas últimas décadas, enfim, um marco regulatório sobre as comunidades terapêuticas.

Finalmente, estamos caminhando para uma definição, do ponto de vista do governo federal, sobre o conceito de uma comunidade terapêutica. E a partir desse marco regulatório nós teremos condições de fazer uma fiscalização mais acentuada junto a essas casas de acolhimento. Porque o que acontece hoje, deputado Neodi Saretta, é que muitas vezes uma casa que acolhe um dependente químico não quer se enquadrar nos requisitos exigidos pela RDC n. 29, que exige um corpo técnico, espaços físicos bons, chamando-se, então, de casa de passagem ou coisa parecida.

Então, a partir deste marco regulatório, desta minuta aprovada nesse congresso internacional, deputado Antônio Aguiar, sempre interessado nessas questões sobre drogas, conseguimos - e aí foi uma vitória, porque até então o Conselho Federal de Psicologia se mostrava resistente a essas propostas da comunidade terapêutica - que as casas de acolhimento e qualquer outra com denominação como centro de reabilitação ou clínica de reabilitação, tenham que se adequar a mesma fiscalização, portanto, estarão uniformizadas no que diz respeito às comunidades terapêuticas.

Portanto, uma grande vitória para o país no que diz respeito às políticas públicas de combate e de prevenção às drogas.

Eu quero parabenizar o dr. Vitor Maximiano, presidente da Senad - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas. Estava presente também o ministro da Justiça, dr. José Eduardo Cardoso, que fez a abertura dos trabalhos dando absoluto e integral apoio a esta proposta debatida na última quinta-feira, em Brasília.

Mas também tivemos a satisfação, ontem, sr. presidente, de participar, aqui na capital, no hotel Cambirela, do encontro estadual do Programa Reviver, que reuniu mais de 70 comunidades terapêuticas. Hoje, acreditadas, filiadas ao Programa Reviver e demonstrando resultados. Isso que nos deixa satisfeitos, concluindo esse primeiro ano do Programa Reviver, que iniciou exatamente no mês de janeiro de 2014, conseguimos chegar a esse belíssimo número de seis mil atendimentos na modalidade de internato, financiados pelo governo do estado em mais de 70 comunidades terapêuticas pelo estado de Santa Catarina, num investimento que chega a quase R\$ 12 milhões para os nossos jovens na busca da reabilitação química.

Eu quero parabenizar aqui a Fapesc - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - ligada à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, seus funcionários que comandaram todo esse processo de acreditação das comunidades, a dra. Maria de Lourdes de Souza, a dra. Alba Terezinha Schlichting, enfim, todos os funcionários da Fapesc ligados ao Programa Reviver.

Tivemos, ontem, além da presença dos srs. secretários de estado, técnicos, enfim, e das comunidades terapêuticas vindas do todo o estado de Santa Catarina, a presença do subsecretário de Políticas sobre Drogas do estado de Minas Gerais, dr. Cloves Benevides, que nos deu uma belíssima palestra e exposição sobre a questão das comunidades terapêuticas e a sua institucionalização no país. Foi um belíssimo debate com intervenções de psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Parabéns à Fapesc pelo encontro do Programa Reviver, como disse, reunindo mais de 70 comunidades.

Tivemos, sr. presidente, se me permite a oportunidade, de sermos agraciados, através da nossa comissão de Prevenção e Combate às Drogas, com dois trabalhos que vou chamar de obra de arte, produzido por internos das comunidades terapêuticas, deputado Sargento Amauri Soares,

esses jovens que poderiam estar atrás das grades, mas que estão lá nas comunidades terapêuticas produzindo um material de qualidade. Fomos agraciados, a nossa comissão, com dois presentes, um deles um pouco mais serrano, mas também muito criativo. E eu fico feliz porque essas mentes estão sendo ocupadas nessas comunidades terapêuticas com material artístico, ficando distantes das drogas.

Parabéns à Fapesc e, mais uma vez, quero aqui fazer um apelo a esta Casa, em especial, ao governador Raimundo Colombo, já o fizemos de forma privativa, mas agora o faço de forma oficial, para que o Programa Reviver possa, efetivamente, continuar dando largos passos no ano de 2015, inclusive com a perspectiva de ampliar de 1.000 para 1.500 vagas em todo o estado de Santa Catarina.

Hoje, o maior atendimento é no sul, onde temos a maior densidade de comunidades terapêuticas, mas também no norte do estado há uma grande lacuna, no planalto serrano, no oeste catarinense e, em especial, há um grande desafio: ampliar o número de casas femininas.

Temos apenas quatro casas femininas no Programa Reviver e a demanda é enorme aos menores infratores. São adolescentes com problema com a lei que estão também enfrentando a questão das drogas, em especial, com o *crack*, que há também uma dificuldade de internamento, porque é preciso ter uma equipe técnica maior, inclusive em nível de segurança para essas comunidades, pois o governo paga R\$ 1.000,00 por vaga para adolescentes menores ou adolescentes infratores e R\$ 1.000,00 para adultos feminino ou masculino.

Queremos ampliar, sem dúvida, o Programa Reviver que merece os aplausos da sociedade catarinense. Fica aqui a minha gratidão como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas desta Casa pelo apoio, pelo amparo, pela torcida e, muito mais, pelos resultados neste ano que passou.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, todos aqui presentes, especialmente toda a imensa nação avaiiana, maioria nesta Casa, com certeza, assim como maioria no estado afora.

Nós não poderíamos começar esta semana que não fosse falando do grande feito do Avaí neste final de semana. Vou pedir permissão para colocar a camiseta aqui na tribuna. O que era inesperado para nós, avaianos, aconteceu no último sábado, não que não confiássemos no time, pois sabíamos que o Avaí poderia plenamente vencer o Vasco da Gama aqui no estádio da Ressacada num jogo em que precisava da vitória, até porque o Avaí venceu o Vasco da Gama em São Januário no primeiro turno, por 5x0. Então, poderia, muito bem, vencer aqui na Ressacada também.

Tivemos aí uns tropeços nas rodadas quase finais, mas nas últimas três conseguimos ainda garantir a vaga, num jogo que foi emocionante, não por si só, eu imagino, porque infelizmente não estava na cidade, estava em compromisso político na cidade de Porto Alegre, e lá mesmo, no meio do ato político, fui informado que faltando três minutos o Avaí estava na Série A. Uma conjugação bastante difícil, porque não dependia apenas da vitória do Avaí que, como disse, era possível, mas dependia de outros dois resultados: do jogo do Boa Esporte Clube com o Icasa, lá no Recife, e do Santa Cruz com o Atlético Goianiense.

O Avaí estava em sexto, antes de começar a última rodada da Série B, sem chances posteriores. Mas o Santa Cruz venceu o Atlético Goianiense e, o que era mais improvável, o Icasa, já rebaixado, venceu o Boa Esporte, que era o quarto colocado e precisava apenas de uma vitória simples, 1x0, contra Icasa, já rebaixado, repito. Pois o Icasa

meteu três gols na equipe do Boa Esporte, que era o quarto colocado. Assim, o Avaí, com 62 pontos, ficou em quarto lugar; a terceira vaga foi ocupada pelo Vasco da Gama, com 63 pontos; a segunda, pelo time da Ponte Preta; e a primeira, pelo Joinville. Aliás, Santa Catarina, neste ano de 2014, coloca dois times na Série A, composta de 20 clubes, no campeonato brasileiro. Isso é importante dizer, porque num passado mais remoto esses mesmos times e outros times catarinenses participaram do campeonato nacional, que chegava a ter até 94 equipes. Agora, a Série A tem 20 e a Série B mais 20. Então, estar na Série B já é estar entre os 40 melhores times do país, e estar na Série A é estar entre os 20 melhores. Aliás, permanecer na Série A é estar entre os 16 melhores.

Santa Catarina terá no ano de 2015 quatro equipes na Série A no campeonato nacional. Para nós, avaianos, evidentemente a classificação é importante, emocionante, alegre, mas é preciso avaliar o crescimento do futebol catarinense, porque isso não acontece por acaso. Santa Catarina não tem tradição de participação nos campeonatos nacionais.

Apenas o estado de São Paulo tem quatro times na Série A, os outros estados têm menos times na Série A do que Santa Catarina, incluindo o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Paraná. Se o Palmeiras não conseguir se manter na Série A, pois isso vai se decidir na próxima e última rodada, Santa Catarina ficará empatada com São Paulo em quantidade de times na Série A.

Precisamos registrar que isso aconteceu provavelmente porque os clubes de futebol catarinense estão melhores. Precisamos parabenizar os dirigentes da Federação Catarinense de Futebol, Delfim de Pádua Peixoto, aliás, ex-deputado desta Casa, e é preciso dizer que na média estão melhores do que o conjunto nacional. É motivo de alegria ter o Avaí, o Figueirense, o Chapecoense e o Joinville na Série A e fortalece o estado de Santa Catarina no cenário nacional e fortalece o campeonato estadual, pois são quatro times que estão na elite do futebol nacional.

Especificamente sobre o Avaí, quero falar das emoções vividas, e aqui os servidores me informam que na cidade de Águas Mornas - onde sou praticamente um morador, especialmente agora que está terminando meu mandato -, 80% da população é avaiiana. E percebemos que a torcida do time está crescendo no estado pela política do Avaí de homenagear as cidades a cada jogo através da camisa do goleiro. Mas não tem como não dizer que é preciso reformular praticamente o time inteiro. Haja sofrimento! Quem gosta de futebol está predisposto a sofrer, pois nenhum time do mundo ganha sempre. Quando um time tem um grande êxito, como é o caso do Avaí, agora, geralmente é com muita agonia e dificuldade.

Quero parabenizar a torcida avaiiana de Santa Catarina, bem como a torcida dos outros três times que estão na Série A e aqueles que gostam do futebol, que fazem do futebol um motivo de conagração até mesmo com a torcida adversária.

Porque o bom do futebol e o bom da vitória é brincar, inclusive com o adversário, que perdeu. E tomara que isso se repita por muitas e muitas vezes no campeonato do ano que vem.

Quero parabenizar toda a equipe do Avaí, os jogadores, não tem como não dizer que quem salvou a pátria avaiiana de novo, mais uma vez, foi o Marquinhos dos Santos, o camisa 10, porque nos últimos três dos nove pontos absolutamente necessários, três, dos quatro gols que garantiram as três últimas vitórias e que colocaram o Avaí na Série A do campeonato brasileiro foram do meio-campista.

Quero, ainda, parabenizar toda a torcida, toda a equipe técnica, os jogadores e a direção do Avaí por essa alegria que nos dá neste final de ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Sargento Amauri Soares, na sequência, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação. Quero, inicialmente, cumprimentar a comunidade do Barracão, do Óleo Grande, de Bateias, do município de Gaspar, pois ontem fomos recepcionados e participamos de um belo encontro do aniversário da dona Terezinha e do seu Ademir Schuart, uma família de líderes da comunidade de Óleo Grande e que já foram simpáticos com a gente em outras épocas, principalmente agora, durante e depois da eleição. Enfim, são nossos simpatizantes, militantes e queremos aqui cumprimentar toda a comunidade de Óleo Grande, do Barracão e de Bateias, da cidade de Gaspar.

Quero cumprimentar também o deputado Jean Kuhlmann e prestar a nossa solidariedade pelo passamento de seu pai. Participamos da cerimônia de despedida, mas deixamos aqui registrado o nosso pesar.

Também quero saudar todos os peessedebistas que, ontem, juntamente conosco e com o diretório do PSDB, recepcionaram o candidato à Presidência, Aécio Neves, cuja reunião mobilizou também líderes do PP, do PSB, do PPS, enfim, todos os líderes de partidos que participaram, na última eleição, do grande bloco pró-Aécio e que participaram desse encontro com Aécio Neves. E ficou bem destacada a importância que tem a participação primeira dos líderes partidários, dos líderes de Oposição, bem como a população como um todo. E como disse alguém nesse encontro, a gente faz com as duas mãos, nem só com a direita, nem só com a esquerda. O nosso trabalho é uma resultante do trabalho que fazemos com as duas mãos.

Por isso, a participação da Oposição passa a ser muito importante, justamente para buscar o equilíbrio que o governo precisa. E, certamente, do jeito que está o Brasil agora, a participação da Oposição passa a ser ainda mais importante.

Senão, vejam. Recentemente aconteceram duas votações muito importantes no Congresso Nacional para deliberar um projeto que estava lá há muito

tempo, e a participação das pessoas, a reclamação que chega à Câmara, ao Senado, à Presidência, que chega aqui, enfim, o grito das ruas que chega nas entidades políticas, fizeram algumas mudanças importantes, uma delas a questão do pequeno aumento de 23,5% para 24,5% da participação do grande bolo do Imposto de Renda e do IPI, que 23,5% são repartidos para os municípios e que agora passou a ser 24,5%.

Um volume de mais de R\$ 700 milhões que vão ser redistribuídos de uma forma Constitucional, sem ter que ter o choro do prefeito em nível de União. E esse recurso, então, virá automaticamente.

Outro projeto que é muito importante, foi o da renegociação da dívida, pois o estado de Santa Catarina vai passar a pagar um valor bem menor do que era pelas leis anteriores de quando foi renegociado. Muitos municípios também têm dívidas com a União e graças a esse projeto, que foi aprovado no Congresso Nacional, passam, então, a pagar um valor menor, um volume maior de recursos fica no estado ou no município.

Nós já dissemos aqui que a arrecadação do bolo tributário, a grande parte, os 13%, fica para os municípios, os outros 23% vai para o estado e mais de 65% para a União. Mas do ponto de vista prático, o percentual da arrecadação, em nível nacional, a União arrecada mais de 70%, justamente porque os estados e os municípios além de ficarem com esse percentual muito pequeno a título de dívida de pagamento de juros, eles vão perdendo a capacidade de financiamento das suas necessidades por conta dos pagamentos das dívidas. E quando se impõe um juro alto significa uma perda constante desta sua capacidade.

Então, cito exemplos importantes como o aumento de 23,5% para 24,05% do retorno do Imposto de Renda e do IPI para os municípios e a renegociação com os estados e municípios que em suma, certamente, vai significar, aqui em Santa Catarina, um bom volume de recursos que estarão diluídos nos municípios mais de R\$ 700 milhões. E certamente o estado, que vai pagar um volume

menor, terá condições de aplicar melhor os recursos e atender as necessidades do estado. E tudo isso aconteceu por pressão da sociedade, que se expressou através das entidades administrativas do município e do estado e que resultaram nessa aprovação desses projetos.

Nós tivemos, nos três meses anteriores às eleições um crescimento negativo, somado ao crescimento populacional que foi maior ainda.

Pelos levantamentos, tivemos um crescimento negativo e, certamente o crescimento vermelho foi muito maior.

Agora, estamos a 0,1% positivo, comparando, olhando apenas os números, mas se formos comparar com o crescimento populacional, que está ocorrendo, mas ainda estamos no negativo. Isso requer uma posição do governo, requer uma posição da equipe econômica urgente, justamente para beneficiar a nossa indústria, para beneficiar a nossa capacidade produtiva, porque até agora estamos importando salário da China, também de outros países, quando importamos produtos. E se não incentivarmos a nossa indústria, o nosso produto, estaremos beneficiando os outros em detrimento da nossa gente. E a mudança de atitude vem se tivermos uma Oposição forte.

Por isso, quero cumprimentar o Aécio Neves como líder dessa Oposição que, sem dúvida nenhuma, é muito importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP. Deputado Silvio Dreveck, quando foi realizado o sorteio o seu partido foi sorteado.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, fiquei feliz com o sorteio que v.exa. realizou, de forma rápida, e a coincidência é que foi sorteado o nosso partido.

Srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje é uma publicação que vem atualizadíssima de Brasília.

(Passa a ler.)

“O presidente do Senado promulga aumento do repasse feito pela União aos municípios. Ou seja, o FPM - Fundo de Participação dos Municípios -, que é formado por 23,5% do que a União arrecada com Impostos sobre Produtos Industrializados, mais conhecido como IPI, passa para 24,5%, ou seja, terá 1% de aumento para os municípios, que serão distribuídos no ano 2015, 0,5%; e no ano 2016, mais 0,5%.

Para quem está acompanhando os municípios brasileiros, principalmente nos últimos 14 anos, e mais precisamente nessa última década, há de constatar a grande dificuldade que as prefeituras vêm enfrentando por conta da redução de receitas para fazer frente aos serviços públicos, aos encargos, que são responsabilidade e compromisso.

Então, esse 1% ajuda, mas está muito distante do que seria o ideal. O que a União precisa, juntamente com o Congresso Nacional, urgentemente, é refazer essa distribuição de recursos para os municípios brasileiros.

Vejamos algumas constatações dos últimos anos, entre elas a participação dos municípios nos fundos de estabilização da economia, que foram criados, que passaram com o tempo a ser imposto. E destes impostos, os municípios não fazem parte. Portanto, uma carga tributária que era da ordem de 27% a 28% foi elevada para 38%, e dessa diferença de, aproximadamente 10%, os municípios brasileiros ficaram de fora.

Além disso, as desonerações e os incentivos fiscais, que foram concedidos pelo governo, o que foi bom para a indústria e para outras atividades econômicas, acabaram resultando num prejuízo também para os municípios, porque o governo federal não retirou apenas da sua parte, mas retirou também desses incentivos, dessa diminuição de impostos de várias atividades e, efetivamente, reduziu a receita para os municípios. Além dessas desonerações e incentivos que foram dados, que o

governo fez muito bem, no entanto não retirou o que pertence aos municípios, ou seja, fez uma diminuição, mas por completo, causando um prejuízo na receita dos municípios.

Isso tudo somado ao grande problema que vem se arrastando há muito tempo, e tenho feito aqui vários apelos, e vou continuar fazendo, no que diz respeito à reposição da inflação ou parte dela há mais de dez anos, que acontece com a tabela SUS, que é com que se paga os serviços prestados pelo serviço público à saúde, seja para as prefeituras, para as clínicas, para os hospitais, ou seja, tudo aquilo que o governo paga para consultas médicas, exames de baixa, média ou de alta complexidade, internações, cirurgias, e tudo isso está superando a 170% de inflação.

Não há como um hospital, uma clínica e as próprias prefeituras resistirem por muito tempo. Há uma lógica, ou seja, a população está mais próxima sempre da prefeitura. A população está mais próxima dos municípios, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores, dos secretários, da instituição prefeitura. Portanto, também é justo que a população procure o serviço de saúde no seu município, mas o estado está longe e a União mais longe ainda!

E o grande problema não está nos investimentos, pois eles são ocasionais, eventuais, por conta de construções, de equipamentos, mas a manutenção, o custeio é diário. E as prefeituras estão colocando de 25% a 30% da sua receita no custeio da saúde.

Aí falta dinheiro para a assistência social, falta dinheiro para a iluminação pública, falta dinheiro para a manutenção das vias públicas, e essa é uma constatação da grande maioria das prefeituras, porque tem que tirar do seu orçamento esse percentual de aproximadamente 30% da sua receita e colocar na saúde, e mesmo assim não consegue.

Para concluir, sr. presidente, estamos fazendo um apelo novamente suprapartidário ao governo federal, no sentido de que haja sensibilidade ao

rever a tabela do SUS para salvar a saúde e as nossas prefeituras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, vendo a deputada Angela Albino aqui ao meu lado, não posso deixar de falar sobre a ascensão do JEC, que é o meu time do coração, e do Avaí, que nos últimos 45 minutos subiu, felizmente, para a Série A também.

Desta forma, deputado, temos quatro times na Série A e nos igualamos a São Paulo, aos grandes centros e estamos na mídia nacional. O *Fantástico* fez uma matéria inclusive sobre essa gestão equilibrada dos clubes catarinenses e de não somente um bom futebol tecnicamente, mas de gestões profissionais, com equipe técnica. São cases que com certeza deverão ser copiados por outros times no Brasil, porque os nossos times, deputado Maurício Eskudlark, são times que pagam em dia, são times que têm estádios razoáveis, não há supersalários e esse é um projeto que tem dado certo em todos os sentidos.

Portanto, o Avaí está de parabéns. O Chapecoense também se manteve na Série A, como o Figueirense. Infelizmente, o Criciúma caiu e o Joinville, que além de subir para a Série A, deputado Maurício Eskudlark, foi campeão da Série B. É claro que isso tudo creditamos a uma torcida apaixonada, a um empresariado que ajuda, a um técnico aqui que vocês mandaram para Joinville, deputada Angela Albino, o Emerson Maria, que é um manezinho da ilha inteligente, humilde, pragmático, carismático que conseguiu unir o grupo, um elenco bom. Mas o grande mérito é do presidente Nereu Martinelli, um empresário de

credibilidade, inteligente, que montou uma equipe muito boa, trouxe o César Sampaio, que foi da Seleção Brasileira, que é o diretor de futebol. Nós temos o Toninho Camarão, que é o preparador físico, que já foi preparador físico do Flamengo, natural de Joinville e fixou residência lá. Nós temos o Ramon, que também foi da Seleção, que é auxiliar técnico, temos o Ramiris, que também foi técnico de futebol, uma equipe técnica liderada pelo presidente Nereu Martinelli. E nós conseguimos, felizmente, subir para a Série A e sermos campeões da Série B.

Portanto, Joinville está em festa, Joinville está de parabéns, todos estão de parabéns. Eu não imaginava, sr. presidente, a alegria contagiante, o astral da cidade com a ascensão do clube para a Série A.

Sr. presidente, desejo enaltecer rapidamente - porque vou ceder ao deputado Mauricio Eskudrark uma parte do meu espaço -, a atitude do deputado Carlos Chiodini, que lançou ontem a Rede Parlamentar pela Duplicação da BR-280, na cidade de Guaramirim.

Nós sabemos que o lote da BR-280 já começou a ser duplicado, mas temos ainda a ponte, que não tem projeto, e precisamos que as licitações dos demais lotes possam ser agilizadas. Portanto, a atitude do deputado Carlos Chiodini vai, sem dúvida nenhuma, nos ajudar nessa grande mobilização do norte de Santa Catarina pela duplicação necessária e que vai mudar o perfil econômico e turístico do norte do estado.

Também, sr. presidente, encerro minhas palavras, antes de passar a palavra ao deputado Maurício Eskudlark, dizendo, deputada Angela Albino - v.exa. que tem trabalhado muito nessa questão da sustentabilidade do nosso estado e todos temos uma preocupação extrema com a preservação do meio ambiente, porque preservar o meio ambiente significa preservar a vida -, que a CMO Construção e Montagem Offshore, uma grande empresa, está-se instalando em São Francisco do Sul. Trata-se de uma empresa que vai fabricar plataformas para a Petrobras e gerar 2.500

empregos. Até aí muito bem. Estão sendo realizadas audiências públicas, inclusive hoje, à noite, haverá uma em São Francisco do Sul, mas a nossa preocupação é com o impacto desse negócio na Baía da Babitonga, pois temos lá um berçário natural com centenas de espécies de peixes e três mil pescadores artesanais que vivem da pesca naquela baía nas cidades de São Francisco do Sul, Itapoá, Guaruva e Joinville. Daí a nossa preocupação com esse impacto na atividade pesqueira desses pescadores artesanais.

Portanto, já interagimos com a colônia de pescadores de São Francisco do Sul, que já contratou engenheiros ambientais, uma equipe muito disciplinada para fazer um estudo junto à universidade para que possamos permitir a implantação dessa empresa sem prejuízos às atividades dos pescadores artesanais e sem prejuízo ambiental.

Portanto, esse é um assunto que vou trazer à tribuna posteriormente, mas é de grande importância para o norte de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Agradeço ao colega deputado Darci de Matos, que dividiu o tempo do nosso partido e registro que estivemos em Porto União, na última quinta-feira, no distrito de São Miguel da Serra, numa audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores a respeito da recuperação daquela rodovia que liga Matos Costa/Porto União/SC-135, acompanhando o vereador Carlos Roderley, o Bifão.

E para a nossa felicidade a secretaria Regional de Canoinhas, que atende a região, levou o projeto de recuperação da rodovia, inclusive porque há lá a chamada curva do tomate, um local onde já ocorreram diversos acidentes e no dia 1º

de novembro uma família que perdeu a vida naquele local. Um motorista de caminhão perdeu o controle do veículo atingiu um veículo particular e uma família da comunidade: pai, mãe e filho. E verificamos, com a apresentação do projeto, que o governo do estado tem como prioridade resolver a os problemas daquela rodovia.

O projeto já está pronto e, segundo informado, a obra deve ir à licitação nos primeiros dias de 2015. É um projeto que corrige vários pontos perigosos da via, como o governador Raimundo Colombo, em várias oportunidades, tem ressaltado, para tirar de Santa Catarina esse infeliz título de estado brasileiro com maior número de vítimas em acidentes de trânsito. Muitas obras são feitas para corrigir entrada de pontes, curvas, enfim, locais que têm causado acidentes em rodovias no estado de Santa Catarina, e a obra apresentada realmente melhora as condições de segurança para aquela região.

Então, queria parabenizar a Câmara de Vereadores, mas também a secretaria Regional por ter já encontrado uma solução através desse projeto já elaborado. Isso demonstra que o governo tem agido para solucionar os problemas antes que esses fatos mais graves venham a se repetir.

Também queria registrar a visita ao meu gabinete do presidente da União Nacional dos Escoteiros de Santa Catarina, juntamente com o Celso Menezes e Evandro Carlos Rodrigues, de Cocal do Sul, apresentando um projeto para o próximo ano no município de Orleans, que tramita nesta Casa visando disponibilizar recursos para o escotismo em Santa Catarina.

Trata-se de um trabalho muito importante do escotismo, da formação da personalidade de nossas crianças, de nossos jovens que necessitam receber todo o apoio.

Então, quero parabenizar pelo trabalho que o escotismo tem feito no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, srs. deputados, quero registrar o Congresso Estadual dos Vereadores que será realizado na capital do estado a partir de hoje. Na oportunidade, quero registrar a presença

do meu querido amigo Japonês, do município de Águas de Chapecó, que está participando do evento. Também aproveitando, saliento a participação nas audiências de alguns órgãos do estado a respeito de projetos em tramitação para encaminhamento junto ao governo do estado.

Eu tive a felicidade de ter sido presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina por dois mandatos e sabemos que neste momento o Brasil precisa passar por uma mudança, pois depois desses escândalos da Petrobras e de todos esses absurdos que ocorreram na administração pública é importante que os vereadores se preparem, façam cursos de atualização, como também atuação e fiscalização firme na administração pública deste país.

Temos que nos conscientizar. É lamentável a declaração daquele deputado, mas talvez verdadeira, e temos que corrigir isso, de que neste país não se coloca um paralelepípedo, se não houver um acerto, um ajuste entre as partes.

Então, parabéns à União dos Vereadores por...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca, por até 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, membros que ocupam a mesa, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, imprensa em geral.

Hoje venho à tribuna para manifestar a minha enorme alegria em ter participado no último sábado do evento Mulher Sem Violência, no CTG Pedro Raymundo. E qual foi a minha surpresa quando lá cheguei? Esse evento foi para mais de duas mil mulheres, num sábado de sol e de muito calor, 36° graus, o que demonstra que com esse calor uma

mulher discutir violência é porque realmente está interessada.

Foi um evento organizado pelo governo do estado, através da secretaria do Desenvolvimento Regional de Criciúma e Araranguá, pela Coordenadora Estadual da Mulher, na pessoa da sra. Jane Guizzo e também pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, representado naquele ato pela nossa simpática, querida mulher, que sempre esteve ao nosso lado, desembargadora Salete Sommariva. Esse foi um evento de suma importância e creio que fará parte do calendário no que se refere à violência contra a mulher.

Mas eu gostaria de deixar claro aqui, como deixei quando iniciei a minha fala no próprio evento, que a minha luta pelo empoderamento da mulher, a minha luta para que a mulher tenha mais autonomia foi mesmo antes de ser deputada. Quando ainda militante no nosso MDB, organizei todos os subdiretórios femininos do MDB no estado de Santa Catarina e participava de grandes e grandes concentrações no eixo Brasília, Rio, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Rio Grande do Sul. Depois como deputada estadual, logo no primeiro mandato, fui presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Mulher. E o que aconteceu? Conseguimos trazer Maria da Penha, que veio para dar o seu depoimento e contar para todas as mulheres a sua história num encontro em São José, para mais de 900 mulheres, uma figura maravilhosa que batalhou juntamente com outras mulheres que também lutavam por esse direito.

Eu espero que daqui para frente as mulheres sejam mais empoderadas. Nós mulheres temos que lutar pelas mulheres, porque não adianta termos momentos inesquecíveis, como tivemos nesse encontro com Maria da Penha e no encontro lá em Criciúma, e depois cair no vazio. A mulher tem que ter mais representatividade em todos os níveis. Não interessa se é lá na escola, não interessa se é em grupo de mães ou como profissional liberal, e que seja só na política, mas ela tem que ter empoderamento, ela tem que começar a conquistar o

seu espaço não só na rua, mas também dentro da sua própria casa.

Nós queremos que Santa Catarina tenha tolerância zero com a violência contra a mulher, pois são crimes que envergonham a humanidade e que destroem famílias da nossa sociedade. É preciso saber que a violência contra a mulher não se enquadra apenas nas agressões físicas.

Essas agressões físicas ainda têm algum concerto. Às vezes deixam marcas, mas essas têm concerto. Um dente quebrado dá para repor, um braço quebrado dá para arrumar, mas o estupro, o assassinato, a exploração sexual com violência, a violência psicológica, isso não tem concerto, e se tiver são anos de trauma, de ferida aberta. Esta deputada, como mulher, mãe, tia e irmã, acha a violência psicológica a pior delas porque deixa marcas que não são visíveis, porém inesquecíveis.

Outro dia li no jornal *A Tribuna* que Criciúma é a quarta cidade mais violenta do estado e a octagésima terceira mais violenta do país, quando se refere às agressões domésticas contra a mulher. Isso me deixou estarecida, desanimada, mas temos que reagir. Em Santa Catarina, Lages é a primeira, seguida de Mafra e Camboriú.

Mais de 1.200 mulheres registraram boletim de ocorrência este ano somente em Criciúma, porém, o medo e a dependência dos parceiros fazem mais da metade das mulheres desistirem de dar continuidade às denúncias de maus tratos sofridos. Completando oito anos em agosto, a Lei Maria da Penha trouxe mais celeridade aos processos de crime de violência contra a mulher, além de inibir as ações dos agressores, uma vez que as penas são severas, sendo o agressor preso em flagrante e com cumprimento de medida preventiva.

Temos que lutar todos os dias arduamente para que o combate à violência tenha cada vez mais força. Essa luta não é minha, das deputadas ou de quem está em algum grupo organizado, mas de todas nós, mulheres, e também dos homens porque eles são pais, maridos, avôs, e isso pode ocorrer em qualquer família, em todas as classes sociais. Numa família, a violência contra a mãe, de certa

forma acaba envolvendo os filhos, que crescem com esses valores desumanos, de desrespeito e levam consigo a discriminação para as gerações futuras.

Na semana passada tivemos uma excelente notícia na Assembleia Legislativa: Finalmente teremos a bancada feminina institucionalizada, a primeira do Brasil. Com isso estamos abrindo caminho para um novo momento em que teremos mais voz, mais força para defender os interesses ligados às mulheres, uma vitória das deputadas Ana Paula Lima, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, desta deputada e de todas as mulheres catarinenses.

Finalizo com uma frase de paz do querido Papa Francisco, que admiro: "A violência só pode ser vencida a partir da mudança do coração humano."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Muito boa-tarde aos srs. deputados, as sras. deputadas, quem nos acompanha nessa sessão ordinária com a sua presença física e quem nos acompanha também pela nossa TVAL e pela nossa Rádio Alesc Digital nesta tarde de terça-feira, dia 2 de dezembro, quando comemoramos o Dia Nacional do Samba, inclusive hoje a Casa está com programação para enaltecer a data.

Ouvi atentamente os discursos dos deputados Maurício Eskudlark e Ada Faraco De Luca e, dentro do horário do nosso partido, do PT, gostaria de fazer algumas análises para contribuir com a fala deles.

Nós ficamos muito felizes em sermos catarinenses e verificar que os times de Santa

Catarina, hoje, estão na primeira divisão. A exemplo, deputada Ângela Albino, do Avaí, do Joinville, do Chapecoense e também do Figuerense. Claro que é um orgulho para todos os catarinenses e vibramos com isso, deputado Sargento Amauri Soares, e ouvimos atentamente seu discurso aqui, entusiasmado falando do Avaí, mas todos os catarinenses, mesmo os da minha cidade, que não estão nessa conjuntura, mas apenas na torcida, sabem que Santa Catarina deu um belo exemplo a esses times que vão participar da primeira divisão no ano que vem.

Mas nos entristece saber, no dia de reflexão sobre a questão da Aids, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, que Santa Catarina está depois do estado do Rio Grande do Sul, pasmem senhores, em grande número, de jovens que contraíram o vírus da Aids. Não é um dado que nos favorece, mas é um dado que causa um alerta muito grande, razão pela qual não podemos deixar de fazer as campanhas educativas, apesar de haver uma série de informações. Verificamos que devemos continuar fazendo cada vez mais campanhas, porque parece que quando não há campanhas as pessoas pensam que não existe mais a doença, que o vírus foi erradicado, principalmente essa juventude que não está se cuidando, nem com a questão da Aids nem com a gravidez indesejada.

Por isso, Santa Catarina apesar de comemorar esses títulos na área de esporte, também deve ter um olhar mais atento ao número grandioso no aumento nas taxas, principalmente de jovens que contraíram o vírus da Aids.

Também gostaria de falar sobre a questão da violência contra a mulher, que é um dado alarmante no nosso estado, deputada Ada Faraco de Luca, por isso quando a senhora falou da cidade de Blumenau, que tem, sim, violência contra a mulher, mas em nível nacional cinco cidades do estado de Santa Catarina constam no ranking de mais violentas. Por isso, essa ação do Tribunal de Justiça do governo do estado de Santa Catarina, que está fazendo esse debate com mulheres, é de extrema importância, porque as cinco cidades são: região sul -

Criciúma; região oeste - Chapecó; região serrana - Lages; Planalto Norte - Mafra; e na região da foz do rio Itajaí-Açú - Balneário Camboriú. Destaca-se, em nível nacional, essas cinco cidades mais violentas. Isso também é um dado que nós não queremos.

Por isso, as ações dessa natureza são importantes e, no município de Itajaí, neste ano, onde já aconteceram muitos crimes contra as mulheres, é importante as mulheres participem e saibam que unidas devem combater esses índices de violência. E, agora, no último fim de semana, sábado, foi no município de Criciúma, deputada Ada Faraco De Luca. Temos que fazer, sim, um debate na região serrana, no oeste catarinense e no planalto norte. Nós não podemos viver com esses índices de tanta violência.

Também quero enaltecer, não apenas a ação da desembargadora Salete Sommariva, mas também da sra. Jane Maria Ghizzo nesse procedimento, e da juíza Sônia Moroso, que foi uma palestrante e é uma mulher que tem batalhado muito na questão da violência contra a mulher, crianças e adolescentes.

Na última quinta-feira houve uma reunião com a desembargadora Salete Sommariva, em Brasília, e com a ministra Carmem Lúcia, tendo em vista essa situação também no Brasil. Elas vão fazer parte de um projeto, em nível nacional, porque o índice de violência contra a mulher são muito grandes em nosso país. Também não dá para concordar e ficarmos quietas com as coisas que estão acontecendo na USP, em São Paulo, onde estudantes estão estuprando mulheres daquela instituição de ensino. Esses mesmos estudantes serão médicos. E como será a sua atuação no consultório?

Vou voltar a esse tema nesta Casa para falar, porque é inadmissível que esse tipo de profissional, que esse tipo de estudante continue em uma faculdade de medicina.

Estamos discutindo com vários grupos de mulheres e esta Casa precisa, sim, fazer uma moção de repúdio contra ações dessa natureza, e na

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo há uma CPI aberta para investigar casos desse tipo.

Eu tenho certeza de que nós, da bancada feminina, e também os parlamentares não podemos ficar calados, porque daqui a pouco essa situação estará banalizada. E se banalizar, tudo pode. Pode mexer, sim, com estudantes, pode, sim, mexer com crianças, e nós não podemos permitir que isso aconteça.

Fiquei estarecida assistindo, no dia de ontem, aos noticiários nacionais. Na Índia, duas meninas dentro de um coletivo foram molestadas por homens e nenhum passageiro defendeu aquelas duas meninas.

Eu não quero que aconteça aqui no estado de Santa Catarina o que está acontecendo na USP, não quero que aconteça em nenhuma residência em nenhum local, porque o corpo da mulher é sagrado. E só mexe nele quem a mulher deixa e permite.

Por isso, volto a este tema e vou abrir apenas um parêntese, devido à fala da deputada Ada Faraco de Luca, porque esse é um tema sobre o qual nós, da bancada feminina, temos nos debruçado, mas isso não diz respeito somente às mulheres, isso diz respeito a homens e mulheres. Os senhores são pais, avós, têm irmãs, isso diz respeito à sociedade. Quando o direito da mulher não é garantido, a sociedade toda sofre. E não concordo não aceito e não vou ficar calada enquanto uma mulher for vítima de violência. Isso não é normal, não nascemos para isso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero lhe parabenizar pelo tema aqui abordado. A deputada Ada Faraco De Luca também já trouxe esse assunto da violência contra as mulheres. Eu participei, no município de Abelardo Luz, de uma palestra, que contou com a presença da Maria da Penha, que esteve lá levando a sua experiência amarga de vida. Por isso, a lei leva seu nome, Maria da Penha.

Então, há todo um empenho. E é importante que homens e mulheres reclamem juntos, busquem juntos os caminhos da liberdade, da democracia, do respeito pelas diferenças em nosso país.

Quero somar-me à sua fala sobre a importância deste espaço na tribuna do Parlamento Catarinense para ser usado para esses grandes debates que precisamos fazer em Santa Catarina. Parece que temos tido dificuldades em falar com as pessoas sobre esse tema, especialmente a violência dentro de casa, que tem aumentado por situações como a bebida alcoólica, as drogas, etc.

Então, isso, de fato, precisa ser dito, tem que ser reclamado, tem que ser discutido. E esse Parlamento é um grande espaço.

Parabéns às mulheres e a nós também homens que temos que enfrentar esse debate juntos, porque se apenas discutirmos com as mulheres teremos bastante dificuldade. Precisamos envolver os homens nesse debate.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - A Lei Maria da Penha levou 20 anos e apenas foi reconhecida por organismos internacionais porque o Brasil negava discutir esse tema, e essa lei é muito jovem, foi promulgada pelo nosso ex e sempre presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas os boletins de ocorrência no estado de Santa Catarina, no primeiro semestre deste ano, somam 45.768 mil, dados da Secretaria de Segurança Pública, sendo 23.077 mil registros por violência doméstica. Mas o que mais me causa estranheza e indignação é que esses boletins de ocorrência tiveram destino certo e foram investigados.

Nós fizemos, sim, debates com as mulheres, mas o governo do estado precisa fazer a sua parte nas delegacias especializadas, com os profissionais capacitados, nas casas abrigo para mulheres vítimas da violência, juntamente com os seus filhos, e também nos centros de referência, a exemplo, senhoras e senhores, do que está sendo construído no município de Rio do Sul e que até o momento não foi reativado.

Queremos proteção às nossas mulheres e crianças, mas esse é um dever do governo, da sociedade e deste Parlamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo parlamentares do PPS que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, faltando apenas 16 minutos para iniciar a Ordem do Dia, faz um apelo a todos os parlamentares, que estão em seus gabinetes, para que às 16h possam estar no Plenário para deliberarmos sobre algumas matérias que necessitam de quorum qualificado.

Neste momento vamos suspender a sessão até o horário da Ordem do Dia.

Está suspensa à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha.)

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário e que serão arquivados os Ofícios n.s: 0334/2011 e 0645/2013.

Comunica, ainda que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0406/2014.

Comunica, também, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0040/2014; 0150/2014; 0233/2012; 0267/2014; 0362/2014; 0412/2014; 0442/2014; 0580/2014; 0581/2014; 0592/2014; 0619/2014; 0648/2013; 0660/2014; 0665/2014; 0675/2014; 0678/2014; 0680/2014 e 0683/2014.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Dois deputados estão pedindo a palavra, pela ordem. Se não houver...

A Sra. Deputada Angela Albino - Os mais velhos primeiramente e as mulheres também. Então, v.exa. decide.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os mais velhos estão em primeiro lugar. Então, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu serei bem breve.

Eu queria fazer um apelo aos deputados que ainda estão em seus gabinetes para que descessem ao plenário, pois há projetos importantes dos servidores públicos na pauta da Ordem do Dia.

Então, é importante que aqueles que ainda estão em seus gabinetes atendendo o pessoal desçam ao plenário, para que possamos ter quórum suficiente para aprovarmos esses projetos que são fundamentais aos servidores públicos do nosso estado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o apelo pelo deputado Manoel Mota, com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a minha solicitação é no mesmo sentido. Eu ia pedir a v.exa. a inversão de ordem de pauta, pois na minha conta nós já temos quórum. Então, que pudéssemos votar imediatamente. Se v.exa. quiser, pediremos a conferência de quórum e depois faremos a inversão na pauta para votarmos logo a questão do Ministério Público.

(Palmas)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, nós concordamos também com a inversão de pauta para votarmos de imediato os projetos de lei complementar.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, para que haja inversão de pauta é necessário o consentimento dos líderes.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Na mesma esteira, sr. presidente, a bancada progressista pede a v.exa. a inversão de pauta.

(Palmas)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - A bancada do PMDB também, sr. presidente, concorda com a inversão de pauta.

(Pausa)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação à liderança do governo, também acatamos a inversão de pauta.

(Palmas)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, nós também concordamos com a inversão de pauta em respeito aos servidores do Ministério Público que se fazem presentes nas galerias da Casa.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Como os deputados do PSDB e o deputado Sargento Amauri Soares também concordam, vamos proceder à inversão de pauta.

Discussão e votação em segundo turno do projeto de Resolução n. 0005/2014, de autoria do

Legislativo, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 20 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para possibilitar a organização de representação feminina em bancada.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2014, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que define o regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta Parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente a bancada do PT, encaminha pelo voto "sim".

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Esta encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", nenhum votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, não precisa nem registrar o nosso apoio ao projeto dos servidores do Ministério Público. Todos os srs. deputados já atenderam ao pedido.

Eu queria aproveitar para registrar a presença dos vereadores José Dalanora e Lenoir Mosquem, do município de Novo Horizonte, que acompanham a sessão aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, de procedência do Ministério público, que acresce dispositivos à Lei Complementar n° 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Conta Parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente a bancada do PT, encaminha pelo voto "sim".

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Esta encerrada a votação.

Colho o resultado.

O excelentíssimo sr. presidente, deputado Romildo Titon, acatou a manifestação do deputado Serafim Venzon votando "sim" a este projeto fora

do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 26 votos "sim".

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria falar algo que diz respeito à votação de mais um projeto, mas aí a questão de ordem caberia depois da votação? Mas já antecipo o pedido para que fizéssemos ainda hoje outra sessão para o segundo turno e a redação final para concluir a votação ainda hoje, sr. presidente.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0022/2014, de procedência do Ministério Público, que cria promotorias de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, cargos de promotor de Justiça, de assistente de Promotoria de Justiça e de analista em Engenharia Civil, no Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Em nome da bancada do PT, encaminhamos o voto favorável à matéria.

(Palmas)

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 0022/2014.

Como houve um pedido para votarmos as matérias no segundo turno e também as demais matérias da Ordem do Dia, esta Presidência, encerra a presente sessão e convoca outra para as 16h18.

Está encerrada a sessão.